



GOVERNO MUNICIPAL DE IRAUÇUBA

PARECER JURÍDICO

ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE IRAUÇUBA

Vem a essa Assessoria, para exame e parecer, o processo administrativo de Dispensa de Licitação Nº. 2018.02.16.04 e a Minuta do Termo de Contrato, que versa sobre a **Locação de um imóvel situado a Júlio Pinheiro Bastos, nº. 526, Bairro Gil Bastos, Irauçuba/CE, para uso de ato beneficente a famílias carentes, desabrigadas por ocasião das enchentes, de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Irauçuba/CE.**

No dia 16 de fevereiro de 2018, a Sra. Secretária de Assistência Social, autorizou a proceder à abertura de procedimento administrativo de Dispensa de Licitação com fulcro no art. 24, inciso X, conjuntamente com o parágrafo único do art. 26, da Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores para a **Locação de um imóvel situado a Júlio Pinheiro Bastos, nº. 526, Bairro Gil Bastos, Irauçuba/CE, para uso de ato beneficente a famílias carentes, desabrigadas por ocasião das enchentes, de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Irauçuba/CE.**

A Gestora Municipal se presta ainda a seguinte justificativa: *“Tendo em vista a vulnerabilidade social e as dificuldades socioeconômicas das famílias carentes residentes no Bairro Gil Bastos, decorrentes dos eventos causados pelas enchentes provocadas pelas fortes chuvas no município, conforme parecer técnico da Assistente Social e da Defesa Civil Municipal e demais documentos em anexo, a Prefeitura Municipal Irauçuba, por meio da Secretaria de Assistência Social, com base nos dizeres do art. 35 da Lei Municipal Nº. 1.221/2017 busca atender demanda da população vítima destes eventos vide as necessidades dos munícipes carentes. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz como imperativo constitucional, no seu art. 6º que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. A Lei Municipal Nº 1221/2017, no seu art. 35, rege que os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos o indivíduo e famílias. Diante da necessidade apontada acima, no sentido de darmos uma posição socioeconômica digna à família carente do Bairro Gil Bastos, que fora prejudicada pela enchente, buscou-se localizar a pessoa física o (a) senhor (a) **MARIA CRISTINA MOTA VENÂNCIO**, proprietário do imóvel situado a Júlio Pinheiro Bastos, nº. 526, Bairro Gil Bastos, Irauçuba CE, para propormos a locação do referido imóvel que será destinado à família carente do (a) senhor (a) **MARIA LUCIMA COELHO DE SOUZA**, do Bairro Gil Bastos, que fora prejudicada pela enchente, de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Irauçuba/CE, pelo período de 03 (três) meses.”*

O gestor ainda fez constar a presente contratação, dotação orçamentária, elemento de despesa e fonte de recurso.

Salientamos que legalmente é caso de dispensabilidade de licitação a teor do artigo 24, inciso X, da Lei Nº. 8.666/93 (*in verbis*):

PALÁCIO VERDE

Sede do Governo Municipal de Irauçuba.

Av. Paulo Bastos, 1.370 – Centro – Irauçuba – CE, CEP: 62620-000.

CNPJ: 07.683.188/0001-69 / CGF: 06.920.194-3.

Fone/FAX: + 55 [88] 3635.1133

GOVERNO MUNICIPAL DE IRAUÇUBA

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

X - para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;”...

Vejamos o que aduz o ilustre mestre Jessé Torres Pereira Júnior em sua obra "Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública" pela editora Renovar, edição 6ª, páginas 277 e 278 sobre a hipótese de dispensa de licitação prevista no inc. X, do art. 24 da Lei. 8.666/93:

“Em princípio, a Administração compra ou loca mediante licitação (...), tais e tantas podem ser as contingências do mercado, variáveis no tempo e no espaço, a viabilizarem a competição. Mas se a operação tiver por alvo imóvel que atenda a necessidades específicas cumuladas de instalação e localização do serviço, a área de competição pode estreitar-se de modo a ensejar a dispensa, desde que o valor do aluguel situe-se na média do mercado. Nestas circunstâncias, e somente nelas, a Administração comprará ou locará diretamente, inclusive para que não se frustre a finalidade a acudir”.

Diante de tão brilhante explanação e com base na legislação em baila verifica-se a existência dos seguintes requisitos para a dispensa de processo administrativo para locação ou compra de imóvel por parte da Administração Pública:

1 – O imóvel deve atender as necessidades específicas da Administração Pública, cumuladas de instalação de localização do serviço, e;

2 – O Preço pela compra ou locação do imóvel deve estar compatível com o preço praticado no mercado.

No que tange ao processo em questão podemos afirmar que:

- Concernente ao primeiro elemento ressalta-se que o referido imóvel atende as necessidades da administração, no que se refere à localização e estrutura adequada para a locação do imóvel que se destina a abrigar a família beneficiária desta locação.



PALÁCIO VERDE

Sede do Governo Municipal de Irauçuba.
Av. Paulo Bastos, 1.370 – Centro – Irauçuba – CE, CEP: 62620-000.
CNPJ: 07.683.188/0001-69 / CGF: 06.920.194-3.
Fone/FAX: + 55 [88] 3635.1133



GOVERNO MUNICIPAL DE IRAUÇUBA

- No que tange ao segundo elemento, o preço pela locação do referido imóvel se mostra compatível com o preço praticado pelo mercado, conforme proposta e laudo de avaliação constante nos autos do processo.

Sendo assim, é oportuno frisar que quando a conveniência administrativa comprovada no caso concreto e o interesse público específico encontram-se enquadrados em uma das hipóteses do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, e esta por sua vez, apontam excepcionalmente para a preferência à diretriz da contratação direta, a licitação pode ser dispensada, a critério do administrador, sem afronta aos princípios da isonomia e da moralidade.

Vale ressaltar que mister se faz os documentos necessários para realização do contrato, quais sejam, documentos pessoais do locador e documentos de propriedade do imóvel.

Diante do exposto, e estando o processo devidamente instruído, esta assessoria se manifesta no sentido de que em face da situação fático-legal, poderá o ordenador de despesa reconhecer que a licitação pode ser dispensada, com embasamento no inciso X, do artigo 24 da Lei Nº. 8.666/93, efetuando assim a **Locação de um imóvel situado a Rua Júlio Pinheiro Bastos, nº. 526, Bairro Gil Bastos, Irauçuba/CE, para uso de ato beneficente a famílias carentes, desabrigadas por ocasião das enchentes, de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Irauçuba/CE.**

É O NOSSO PARECER, S.M.J.

Irauçuba/CE, 16 de fevereiro de 2018.

Maria Nazaré Honorato de Oliveira
OAB/CE: 35.366
Assessoria Jurídica

PALÁCIO VERDE

Sede do Governo Municipal de Irauçuba.

Av. Paulo Bastos, 1.370 – Centro – Irauçuba – CE, CEP: 62620-000.

CNPJ: 07.683.188/0001-69 / CGF: 06.920.194-3.

Fone/FAX: + 55 [88] 3635.1133